

# Entrevista com Nicos Poulantzas: o Estado e a transição ao socialismo<sup>1</sup>

Nicos Poulantzas e Henri Weber

HW. – Num texto recente, você defende a necessidade de se romper definitivamente com as concepções essencialistas do Estado que o consideram, seja como simples objeto-instrumento, seja como um sujeito dotado de vontade e racionalidade próprias, que submete a ou as classes dominantes. Para você, tal concepção essencialista é também a de Marx e de Lênin?

NP. – Em primeiro lugar, precisamos ver o que se entende por teoria marxista do Estado. Podemos dizer que se encontra em Marx e Engels uma teoria geral do Estado? Acho que não se pode falar nem de teoria geral do Estado, nem de teoria geral da economia. Isso porque o conceito, o conteúdo, o espaço do político e do econômico mudam conforme os diferentes modos de produção.

O que se encontra em Marx e Engels são, de fato, princípios gerais de uma teoria do Estado, e também indicações sobre o Estado capitalista, sobre a transição, mas não verdadeiramente uma teoria, nem mesmo do Estado capitalista.

Em Lênin, o problema é mais complexo. Nas indicações de Marx e Engels não se encontram nem indícios de uma concepção instrumentalista do Estado. Penso mais particularmente nos textos políticos sobre a França etc. Em Lênin é menos evidente: parece-me quase certo que algumas análises de Lênin relevam a concepção instrumentalista do Estado enquanto bloco monolítico, sem fissuras,

---

<sup>1</sup> Entrevista publicada originalmente pela revista francesa *Critique Communiste*, nº16, junho, 1977. A versão em português desta entrevista foi lançada pela revista *Teoria e Política*, n. 4, 1982.

que quase não sofre contradições internas e que só pode ser atacado globalmente e frontalmente; construindo completamente do exterior o contra-Estado que seria o duplo poder, os *soviets* centralizados etc. Será por que Lênin estava frente ao Estado czarista? (porque mesmo quando Lênin fala das democracias ocidentais, ele tem sempre em mente o Estado czarista). Ou será por que Lênin escreve *O Estado e a Revolução*, em polêmica contra as concepções socio-democratas, contra as concepções de Estado-sujeito? Talvez Lênin tenha sido obrigado a “torcer demasiadamente o bastão no sentido contrário” e dizer: não, não se trata de um sujeito autônomo, trata-se de um simples instrumento para as classes dominantes.

Então, para Lênin, fica um ponto de interrogação ainda que, para mim, parece evidente que nos seus textos exista uma concepção instrumentalista do Estado.

## Os marxistas e a teoria do Estado

HW. – A esta concepção essencialista do Estado você opõe uma concepção diferente: diz que o capital não é um objeto, tanto quanto o Estado não é uma coisa; do mesmo modo que o capital, ele é antes de tudo uma relação social, ele é – são suas palavras: “a condensação material de uma relação de forças entre as classes sociais que se expressa de modo específico no seio mesmo do Estado”. Para você, a vantagem, entre outras, desta concepção é que permite destacar um fato cuja implicação estratégica é muito grande: o fato que o Estado não é um bloco monolítico, sem fissuras, que as massas afrontariam de fora por meio de vários confrontos e que deveriam destruir em bloco, ao fim de uma luta aberta, insurrecional, aproveitando-se de uma crise do Estado; mas, pelo contrário, já que o Estado é “uma condensação material de uma relação de classes”, este Estado é atravessado pelas contradições de classe que existem no seu seio, contradições internas, e isto no conjunto de seus aparelhos, tanto nos aparelhos onde as massas estão fisicamente presentes (escola, exército) como naqueles onde elas

estão em princípio ausentes (política, justiça, administração...). Este é o resumo esquemático da sua concepção. A partir disso, quero fazer uma série de perguntas: primeiro, queria saber em que reside realmente a novidade desta visão. Explico: parece-me que nem Lênin, nem Marx – e isso remete à sua primeira resposta – consideram o Estado enquanto uma realidade intrínseca, independente da luta de classes e gerando-a. Tanto um quanto outro afirmam claramente, por um lado, que a forma de Estado remete às relações de força entre as classes (é só lembrar a análise marxista do bonapartismo). Logo, o Estado, suas instituições, seu pessoal, seu tipo de organização, seu tipo de relação com as massas etc., está diretamente determinado pela estrutura de classes, pela relação das classes entre si, pela intensidade das lutas... penso que esta é uma ideia fundamental da problemática marxista do Estado.

Por outro lado, nenhum dos dois, a meu ver, defende uma teoria do Estado monolítico sem “contradições nem fissuras” tal como você a combate. Lênin, por exemplo, incorpora perfeitamente na sua estratégia a luta no seio das instituições, inclusive no seio das instituições czaristas. Ele está a favor da atividade dos comunistas na Duma, na escola, no exército... Na sua famosa brochura *Que Fazer?* ele é o primeiro a denunciar a redução economista do marxismo e explica que o Partido revolucionário deve destacar seus militantes em todas as instituições, em todas as esferas da sociedade. Logo, ele concebe que estas instituições não devem ser apenas o objetivo, mas também o terreno da luta de classes.

A diferença entre estas concepções e aquelas que estão hoje na moda – penso particularmente nas teorizações do PCI sobre o caráter contraditório do sistema estatal hoje – está em que, para Marx como para Lênin e os marxistas revolucionários, as classes sociais não ocupam e nem poderiam ocupar no Estado posições equivalentes. As classes dominantes controlam os pontos estratégicos do Estado; elas detêm a realidade do poder; as classes dominadas ocupam ou podem ocupar posições subalternas, enquanto pessoal dos vários aparelhos do Estado, ou como representantes populares nas assembleias eleitas, mas

são geralmente posições que detêm um poder extremamente limitado. Em consequência, o Estado como você o define “condensação de uma relação de classes”, “atravessado por contradições internas”, “palco da luta de classes” etc., continua sendo o instrumento de dominação por excelência da burguesia e então a questão chave de toda a transição ao socialismo permanece: o que se passa com o Estado? Como (...)

Para mim, Lênin não desconhece nem o Estado suíço, nem o Estado britânico, nem o Estado americano; ele conhece perfeitamente os textos de Marx sobre uma eventual passagem pacífica ao socialismo nestes Estados. E não penso que ele seja incapaz de conhecer qualquer outra realidade que não seja o Estado czarista. Mas, ele explica que isso não impede que o Estado permaneça sendo um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, mesmo se o modo de dominação é diferente. Então quero lhe perguntar se o fato de acentuar o caráter contraditório do Estado hoje não tem função – é o caso do PCI e o CERES<sup>2</sup>, por exemplo – de tornar menos visível seu caráter de classe e a partir daí esconder o problema-chave de toda estratégia de passagem ao socialismo: o problema da destruição do Estado como instrumento de dominação burguesa.

NP. – Quanto à novidade da questão (...) penso que certos elementos que quero desenvolver existem em Marx e Engels, Lênin e, sobretudo, Gramsci. Em Lênin, no entanto, eu continuo achando que permanece mais do que uma simples ambiguidade, pois ele pensa não tanto uma luta interna no aparelho de Estado, mas uma presença de revolucionários no aparelho de Estado. É um pouco diferente. O eixo dominante da batalha política de Lênin está na centralização dos poderes paralelos exteriores ao Estado, a constituição de um contra-Estado frente ao Estado oficial. Este contra-Estado deve substituir o Estado num determinado momento. Ou seja, Lênin, quando fala da presença de revolucionários no interior do Estado, é mais no sentido de ajudar a essa substituição quando o momento chegar; não se percebe o peso próprio dessa intervenção.

---

<sup>2</sup> CERES – tendência de esquerda no interior do Partido Socialista (PS) francês.

O que é evidente, de qualquer maneira, é que na III Internacional houve a tendência a considerar o Estado como um instrumento que a burguesia pode manipular à sua vontade. E, quando se reconhece que existem contradições no seio do Estado, a ideia que logo lhe acompanha é que uma luta revolucionária consequente não pode ser travada à base dessas contradições.

Atualmente, existe de fato a posição oposta dos dirigentes italianos que Luciano Gruppi ilustra no seu último artigo sobre a natureza contraditória do Estado<sup>3</sup>. Mas, isso é totalmente diferente daquilo que falo. Essa teoria, que se encontra também no PCF, estipula que existe toda uma parte do Estado que corresponde ao famoso desenvolvimento das forças produtivas e que, em consequência, cumpre funções neutras ou mesmo positivas de Estado, já que elas correspondem à famosa socialização das forças produtivas. Ou seja, haveria dois Estados, um “bom” e um “mau”. O “bom” que corresponde ao ascenso das forças populares no seio do Estado e o “mau” que é hoje o aspecto dominante. Logo, é necessário eliminar o super-Estado dos monopólios que é o lado mau e manter o outro aspecto que corresponde à socialização das forças produtivas e ao ascenso popular.

Esta é uma concepção radicalmente falsa. Estou de acordo com você. O Estado atual, no seu conjunto, com todos seus aparelhos, tanto a Previdência Social como a Assistência médica, a Escola ou a Administração, corresponde, pela sua própria estrutura, ao poder burguês. Penso que as massas populares não podem, dentro do Estado capitalista, ter posições de poder autônomo, mesmo que sejam subalternas. Elas existem enquanto dispositivos de resistências, como elemento de corrosão ou de acentuação das contradições internas do Estado.

Penso que se deve articular:

– por um lado, uma luta interna ao Estado que não seja uma luta fechada no interior do espaço físico do Estado, mas uma luta que se

---

<sup>3</sup> Luciano Gruppi, “Sur le rapport démocratie socialisme”, em *Dialectiques*, nº 17.

situe de qualquer modo no terreno do campo estratégico representado pelo Estado, luta esta que tem por finalidade não substituir o Estado burguês pelo Estado proletário por acumulação de reformas, não tomar um a um os aparelhos do Estado burguês e conquistar, assim, o poder, mas uma luta que é, digamos, uma luta de resistência, uma luta de acentuação das contradições internas do Estado, de transformação profunda do Estado.

– e, ao mesmo tempo, uma luta paralela, uma luta no exterior das instituições e dos aparelhos, gerando uma série de dispositivos, redes, poderes paralelos na base, estrutura de democracia direta na base, luta que aqui também não teria por objetivo a centralização de um contra-Estado do tipo duplo poder, mas que deveria articular-se à primeira.

Penso que é necessário ultrapassar a estratégia clássica do duplo poder, sem cair na estratégia italiana que é, no limite, uma estratégia unicamente limitada ao interior do espaço físico do Estado.

## **Estado e dualidade de poder**

HW. – Abordemos, então, este aspecto da questão (...), pessoalmente, estou convencido que se deve lutar no interior das instituições, jogar com as contradições internas do Estado e também que hoje, a luta pela democratização das instituições é decisiva e do mesmo modo, estou de acordo com a necessidade de articular esta luta com uma luta externa ao Estado. Mas, na sua posição, há um ponto que não está claro: é que existe um caráter antagônico entre estes comitês populares externos (nas empresas, bairros etc.) e o aparelho de Estado que, apesar da luta travada em seu interior, não terá mudado de natureza. Assim, necessariamente, se chegará a um movimento de enfraquecimento com o Estado que, por mais democratizado que esteja, e por mais enfraquecido pela ação do movimento operário no interior de suas instituições, permanecerá (e isso se vê claramente na Itália) o instrumento essencial da dominação da burguesia sobre

as massas populares. Este movimento de enfrentamento me parece rigorosamente inevitável e a verificação de qualquer estratégia está na maneira como enfrenta esse movimento de verdade. Aqueles que como você reconhecem a necessidade de articular essas lutas interior e exteriormente ao Estado, mas que silenciam sobre esse movimento decisivo do enfrentamento, deixam realmente um espaço em branco que equivale quase a aceitar a concepção de que esta articulação pode, através de um longo processo gradual, modificar finalmente, sem enfrentamentos, a natureza do Estado e da sociedade.

O que realmente me incomoda em tua posição é que tenho a impressão de que está lutando contra moinhos de vento, quer dizer, contra pessoas que querem reeditar Outubro 17, o que não é o caso da extrema esquerda hoje. Estamos convencidos de que o Estado não é monolítico, que não pode ser enfrentado e derrubado unicamente do exterior. Estamos perfeitamente convencidos da necessidade de uma “guerra de posição”, e que no Ocidente é necessário um longo período de preparo, de conquista de hegemonia etc. Mas a linha de demarcação, o ponto onde é imprescindível tomar posição, é que, para alguns, esta guerra de posição constitui em si mesma a transformação da sociedade e do Estado capitalista em sociedade e Estado socialistas, proletários. Enquanto que para nós não é nada mais do que um preparo que visa reunir as pré-condições para o enfrentamento que consideramos inevitável. Então, silenciar sobre este enfrentamento significa, para nós, escolher uma estratégia contra outra.

NP. – Bem, chegamos lá. Estou com você no que toca a ruptura, o enfrentamento; mas penso que a repetição de uma crise revolucionária que desemboca numa situação de duplo poder é extremamente improvável no Ocidente. Mas do modo que você coloca, este enfrentamento só poderia se dar entre o Estado e seu contrário absoluto, a organização centralizada dos poderes populares na base. Aqui está o problema: estou de acordo com a necessidade de ruptura. Mas não é evidente que o enfrentamento não pode se dar fora do esquema. Estado *versus* contra-Estado, poder popular, paralelo.

Posso dar exemplos muito simples, por exemplo o que se passou em Portugal. Você diz que ninguém quer repetir Outubro mas, me desculpe, quando leio Bensaïd<sup>4</sup>, o que ele conta no seu livro sobre Portugal...

HW. – *A Revolução em marcha.*

NP. – Mas é justamente essa posição que combato. Para ele, o problema de Portugal reside no fato de que os revolucionários não conseguiram centralizar toda esta experiência de poder popular na base etc., para a edificação de um duplo poder que, centralizado, teria enfrentado o Estado: se tivesse conseguido teria sido o enfrentamento, a ruptura. Quanto a mim, penso que haverá a ruptura e que ela não passará inevitavelmente pela oposição em bloco entre o Estado e seu oposto externo, as estruturas de poder populares na base.

Isso pode acontecer, por exemplo, no próprio seio do aparelho de Estado, entre uma fração do exército, por exemplo, inteiramente submissa à burguesia e outra do exército regular apoiada por poderes populares de base, por lutas sindicais de soldados ou comitês de soldados, ou seja, uma fração inteira do exército do Estado pode passar para o lado do povo, rompendo com sua função tradicional. É isso que se passou em Portugal: não houve enfrentamento entre milícias populares de um lado e exército burguês do outro. Se não funcionou, não é porque os revolucionários não souberam criar uma milícia popular paralela, que num determinado momento teria ocupado globalmente o lugar do Estado, mas por uma série de outras razões. Falar de luta interna articulada com a luta externa significa nem um pouco evitar falar de ruptura. Mas pelo contrário, é perceber que a ruptura revolucionária não se traduz obrigatoriamente na forma da centralizado de um contra-Estado face ao bloco do Estado.

A ruptura pode cruzar o interior do Estado e penso que atualmente as coisas devem acontecer assim. Haverá enfrentamento, ruptura, mas isso atravessará o Estado. A função dos organismos

---

<sup>4</sup> Daniel Bensaïd, dirigente da LCR.

populares paralelos será a de polarizar uma larga fração dos aparelhos do Estado pelo movimento popular, e estes em aliança, enfrentarão os setores reacionários, contra-revolucionários do aparelho de Estado apoiados pelas classes dominantes.

Penso que, atualmente, não se pode repetir Outubro 17 sob nenhuma forma. A questão de fundo da revolução de Outubro não é apenas a oposição entre guerra de movimento e guerra de posição como Gramsci o definiu. Penso que Gramsci também permanece no esquema e no modelo da revolução de Outubro (...) Para ele, guerra de posição é o cerco do castelo, que é o Estado, por seu exterior que são as estruturas do poder popular. Mas, no fundo, é sempre a mesma história: ou se ataca o castelo de uma só vez – guerra de movimento; ou ele é sitiado – guerra de posição. Não se encontra em Gramsci a concepção de que uma verdadeira ruptura revolucionária pode passar pelo interior do Estado.

Ora, eu acho muito difícil que, na Europa, uma situação clássica de duplo poder possa se apresentar devido justamente ao grau de desenvolvimento do Estado, de seu poder, de sua integração na vida social, em todos os domínios. Esse desenvolvimento e essa potência o tornam muito forte frente a este contra-Estado e ao mesmo tempo muito fraco se o segundo poder se apresentar no seu próprio interior. E o problema é que hoje as rupturas podem passar também no interior do próprio Estado, daí sua fraqueza.

HW. – Toda questão reside em saber quais são as rupturas, sua natureza, sua amplitude. Quanto a nós, estamos convencidos que as rupturas, que podem ser feitas no interior do Estado, são posições que podem ser ganhas previamente, ou no curso mesmo da crise, mas que são de qualquer modo bastante secundárias. O essencial do poder, os setores chaves do aparelho de Estado – o que concentra realmente o poder não podem ser ganhos pela revolução. Exemplo: a maioria da casta dos oficiais nunca estará do lado da revolução. Ou então, se se pensa que um movimento revolucionário de massas pode polarizar setores chaves do aparelho de Estado, por exemplo, a maioria da casta

de oficiais, é que efetivamente se tem uma concepção de Estado como potencialmente neutro. Vejamos na Itália que é o melhor exemplo: o desenvolvimento do movimento de massas nas fábricas e em outros setores criou um movimento democrático na política, na magistratura, na administração, em todos os aparelhos de Estado, mas esses movimentos só afetam a periferia, as margens destes aparelhos e não o seu centro.

(...)

Trata-se, pois, de uma ruptura horizontal e não se conseguirá uma ruptura vertical, do topo até a base, em duas metades, afrontando-se mutuamente, ou seja, não haverá dualidade de poder no seio do Estado. Haverá brechas aqui e ali, mas isso não elimina o problema da sobrevivência do aparelho do Estado, do Estado como instrumento de dominação e como estado-maior da contra revolução, isso não elimina o confronto aberto.

Se continuo convencido da realidade do conceito de dualidade do poder (ainda que de forma diferente daquilo que se deu na Rússia czarista) em articulação com a ação de deterioração no interior do Estado, é porque tenho certeza de que o essencial do aparelho do Estado vai se polarizar à direita, como se vê na Itália, se viu no Chile, em Portugal, quer dizer, em todo lugar em que a classe dominante é ameaçada e onde seu instrumento de dominação tira suas vestes liberais e democráticas e se apresenta em toda a nudez de sua função.

## **Democracia direta e democracia representativa**

NP. – O que você fala está certo, mas estamos diante de um desafio histórico (...) e o risco evidente é que uma grande maioria dos aparelhos repressivos do Estado se polariza à direita e em consequência aniquile o movimento popular. Mas devemos levar em conta que se trata de um longo processo (...) Falou-se até agora “da” ruptura. Mas, não é evidente que haverá “uma” grande ruptura. É verdade que falar de uma série de rupturas nos faz correr o risco de cair no gradualismo.

Ao mesmo tempo, se aceitarmos falar em longo processo, isto implica obrigatoriamente uma série de rupturas, sejam elas sucessivas ou não. O que importa para mim é que se fale em “longo processo”: qual é o significado disso, se se falar ao mesmo tempo “da” ruptura?

HW. – Tempo. Um exemplo disso é o que se passa na Itália. Desde 62, ou mais precisamente, desde 68, existe um longo processo que conta já com dez ou quinze anos de ascenso do movimento de massas, de erosão da hegemonia burguesa e que tem como consequência o desenvolvimento da democracia direta na base, o início da crise em vários aparelhos de Estado, e que desemboca numa crise muito mais ampla, talvez no enfrentamento.

NP. – Sim, mas o processo é relativamente diferenciado, porque se viu também o que se passa em Portugal. Por isso, digo que a hipótese mais provável com a qual deve-se raciocinar na França é a do Programa Comum<sup>5</sup>. Ou seja, a esquerda no poder, ou melhor, no governo, e uma mobilização massiva das massas populares. Se não há mobilização de massas, corremos o risco de um governo social-democrata; mas, se simultaneamente à ocupação dos governos pela esquerda, há uma mobilização de massa, a esquerda será, queira ela ou não, obrigada a iniciar, de cima, uma democratização do Estado. Na Itália, o PCI está na esfera do poder, mas não tem nem meios de mobilizar as massas, nem possibilidade de provocar certas mudanças na estrutura dos aparelhos de Estado, coisas que a esquerda na França tem condições de fazer. Este é o primeiro problema.

O segundo problema é a questão da dualidade de poderes e da ruptura que deve quebrar o aparelho de Estado. Isto é o fundamental da questão: quebrar o aparelho do Estado. Quebrar o Estado significa, na orientação bolchevique, algo relativamente simples. Significa que as instituições da democracia representativa, as liberdades formais etc., são instituições totalmente impregnadas em sua natureza

---

<sup>5</sup> Plataforma Comum para um governo de coalização PC-PS-MRG (radicais de esquerda).

pela burguesia – não falo somente do Estado, falo da democracia representativa. Assim, quebrar o Estado queria dizer pôr abaixo todo o complexo institucional e substituí-lo por algo totalmente novo, que seria uma nova organização da democracia direta através dos *soviets* dirigidos pelo partido de vanguarda etc.

Então, é aí que está a questão: penso que, atualmente, a perspectiva de quebrar o Estado permanece válida como perspectiva de transformação profunda da estrutura como Estado, mas, para ser bem claro e não querer ficar de bem com a consciência: não se pode mais falar do mesmo modo de quebrar o Estado, na medida em que estamos todos mais ou menos convencidos – eu vi suas últimas posições a respeito – que um socialismo democrático deve manter as liberdades formais e as liberdades políticas – transformadas, é claro, mas preservadas sempre – dentro do mesmo espírito em que Rosa Luxemburgo exigia de Lênin. Isto, não devemos esquecer: Lênin estava pouco ligando para as liberdades políticas e as liberdades formais. E Rosa Luxemburgo denunciou isso, ela, uma revolucionária que não pode ser chamada de social-democrata.

(...)

Manter as liberdades políticas e as liberdades formais implica, para mim, manter também, ainda que transformadas (...), certas formas de democracia representativa.

O que é a democracia representativa em relação à democracia direta? Democracia direta, quer dizer, mandato imperativo. Por exemplo, revocabilidade dos delegados etc. Se se quer preservar as liberdades políticas e as liberdades formais, isto implica manter certas instituições e também uma representatividade, quer dizer, centros de poder, assembleias que não sejam diretamente calcadas no modelo de democracia direta: assembleias territoriais eleitas no sufrágio universal, direto e secreto e que não sejam regidas unicamente pelo mandato imperativo e a revocabilidade a todo mundo.

HW. – O que você tem contra o mandato imperativo e a revocabilidade?

NP. – Historicamente, todas as experiências de democracia direta na base, que não eram articuladas durante certo tempo com certas instituições de democracia representativa, foram um fracasso. Abandonar totalmente, em toda uma fase de transição, as instituições da democracia dita representativa e acreditar que se terá a democracia direta, na falta de instituições específicas de democracia representativa com suas liberdades políticas (entre outras, pluralismo de partidos), bem, o que sei é que isso nunca funcionou. A democracia direta e unicamente ela, num sentido soviético, foi, sempre e em toda parte, acompanhada da supressão da pluralidade de partidos e, em seguida, da supressão das liberdades políticas ou das liberdades formais. Dizer que se trata simplesmente do stalinismo, me parece rápido demais.

HW. – Talvez, mas dizer que é fundamentalmente lidado à forma de democracia direta, também é tirar conclusões apressadas, porque, na realidade, há um contexto internacional e nacional que faz com que toda forma de democracia seja dificilmente concebível na revolução isolada. Acho que tomar como demonstração a falência dos *soviets*, na Rússia dos anos vinte, não prova nada.

NP. – Desculpe, mas isso se produziu também na China...

HW. – Mas, justamente...

NP. – Aconteceu também em Cuba, sem falar do Camboja; não se pode negar tudo isso. Eu poderia incriminar o stalinismo ou as condições objetivas, mas isso já não diz muito quando se reproduz em condições nacionais e internacionais muito bem diversas.

Voltando à Revolução Russa, para Lênin, a abolição dos partidos está ligada à guerra civil. É assim que aconteceu concretamente. Agora, não sei até que ponto não se encontra nos textos anteriores de Lênin de modo implícito esta eliminação de qualquer pluralismo de partidos. Não sei até que ponto, se consideramos que a consciência política do proletariado vem do exterior do movimento, levada pelos intelectuais, isto articulado com uma certa concepção da democracia direta, não conduz obrigatoriamente à supressão de toda forma de democracia. Fala-se primeiro: democracia só para os partidos do proletariado,

como falou Lênin no começo, só para os partidos de esquerda; mas, depois, vêm as perguntas: o que é um partido do proletariado? Você deve entender, não preciso fazer um esquema: quem é o verdadeiro partido do proletariado? Quem é a verdadeira fração proletária do partido do proletariado?

(...)

Mas, deixando de lado este debate histórico, pergunto se hoje pode-se considerar que durante um longo período, o período de transição ao socialismo, pode se falar em liberdades políticas, em liberdades formais, sem ter instituições que possam garantir e materializar este pluralismo, estas liberdades. Será que numa democracia soviética na base (supondo que possa existir, eu acho que não) onde não existam estas instituições, as liberdades podem continuar a manter-se simplesmente pelo dinamismo próprio?

Você sabe que no debate do marxismo italiano, Bobbio<sup>6</sup> lançou a discussão (...): “se queremos manter as liberdades, a pluralidade de expressões etc., o que eu sei é que em toda a história, estas liberdades iam de par com certa forma de parlamento”. Ele o expressou de forma social-democrata, e com isso é claro que não devemos estar de acordo, mas não sei se toda a questão não está aí, ou seja, se manter as liberdades políticas formais não exige manter formas institucionais de poder da democracia representativa. Claro que transformadas; não se trata de manter o parlamento burguês tal e qual etc. (...).

As formas de democracia direta na base, dos comitês de bairro etc., totalmente controlados pela esquerda oficial... Eu não quero ver, não. Mesmo as liberdades formais e políticas para a extrema esquerda só podem ser garantidas se são mantidas formas de democracia representativa. Eu não tenho respostas acabadas, mas acho que na medida em que se quer manter as liberdades formais, não se pode mais falar em “quebrar” o Estado, como se diz tradicionalmente, mas em “transformar” radicalmente o Estado. Vocês acreditam no pluralismo?

---

<sup>6</sup> Norberto Bobbio, professor de ciência política em Turin e diretor da revista teórica do PSI.

HW. – Claro, acreditamos e praticamos.

NP. – Mas o pluralismo inclusive para os adversários?

HW. – Claro, mesmo para os partidos burgueses, temos isso escrito.

NP. – Mesmo para os partidos burgueses. Agora, para não ser cômico, é preciso falar certas coisas, é que temos medo também por nós...

HW. – Claro.

NP. – É necessário dizer isto, mas pergunto quais serão as formas de garantia institucionais, que são sempre secundárias é claro, mas que contam. Se pensarmos somente em formas de democracia direta na base, quer dizer, estruturas massivamente dominadas pelos partidos de esquerda tradicional, não estou nada tranquilo. Uma democracia direta na base funcionando em assembleia geral na *Renault*, ou em Marselha ou em Reims... Não sei não. A não ser que se viva uma situação verdadeiramente revolucionária onde cada um se sente implicado constantemente no trabalho, na rua etc., o que não acontece todo dia, não sei se é suficiente para garantir a permanência da liberdade.

HW. – Parece-me que você tem uma ideia errônea do que seja democracia direta. A democracia é duro de se praticar, quanto mais democrática, mais difícil. O regime mais fácil de se praticar é o despotismo esclarecido, mas nunca se pode estar seguro da lucidez do déspota. Então, a respeito desta questão, acho que, primeiro, esta oposição entre democracia representativa e democracia de base já é uma falácia, porque a democracia de base, isso não existe: há sempre uma delegação. Há um sistema que visa resolver um problema fundamental que é de enraizar novamente a política nas coletividades reais...

NP. – Desculpe a interrupção, mas acho que aqui há algo que nos incomoda e que precisamos enfrentar. Olha pega o nº 8-9 da *Crítica Comunista* (que, aliás é excelente): há, de um lado o que propõe

Mandel<sup>7</sup>, Para ele, está claro, é o sistema soviético revisto e melhorado. Depois, tem a questão levantada por Julliard<sup>8</sup>: deve-se ter uma assembleia de tipo territorial baseada no sufrágio universal, com periodicidade eletiva, sem mandato imperativo? O Julliard responde que sim (...). Eu penso como ele, que esta assembleia, sob a forma de um parlamento radicalmente transformado, é necessária. Não era a opinião de Lênin, e isso porque Lênin tinha diante dele a constituinte. A constituinte foi eleita... E foi dissolvida e nunca mais funcionou. Infelizmente eram os socialistas revolucionários que eram majoritários com todo o risco que isso comportava. Então, para Lênin, era simples.

### **Articular os *soviets* e o parlamento?**

HW. – (...) A respeito desta questão, penso que a democracia chamada de direta pode ser algo perfeitamente grotesco e antidemocrático, no gênero “democracia de assembleia”, onde o voto por mão levantada é facilmente controlado, mas pode muito bem ser algo extremamente formalizado. O que me parece importante é enraizar a vida política em coletividades reais e não em aglomerados nominais como, por exemplo, a circunscrição territorial. Essas coletividades reais são as do trabalho (no sentido amplo, empresa, colégio, exército etc.) e também em coletividades de bairro que são unidades territoriais reais. Isso tudo pode perfeitamente ser formalizado. Pode e deve haver sufrágio secreto. A revocabilidade existir, mas conforme normas racionais: por exemplo, revocabilidade a qualquer momento de um delegado de fábrica, para os problemas de trabalho e, como na Itália, revocabilidade anual ou bianual para os delegados de nível mais alto, que tratam de problemas diferentes, que o emprego de base não tem

---

<sup>7</sup> Ernest Mandel. “Sur la stratégie révolutionnaire en Europe occidentale”. *Critique communiste*, Paris, n. 8-9, 1976, pp. 135-176.

<sup>8</sup> Jacques Julliard. “Un point de vue CFDT”. *Critique communiste*, Paris, n. 8-9, 1976, pp. 23-59.

condições de acompanhar dia a dia. Tudo isso é possível de ser tão bem regulado quanto a regulamentação democrática burguesa.

O problema não é de saber se se é a favor ou contra a democracia representativa; nas sociedades contemporâneas, toda democracia é representativa. A questão é saber se a forma de representação é um abandono de poder ou uma real delegação de poder com a possibilidade de controle. Digo eu que as formas de democracia veiculadas pelas tradições burguesas são abandono de poder.

Dá exatamente no mesmo entregar o poder a especialista durante um longo período e desinteressar-se dele no intervalo de duas eleições. Lutar por uma democratização é lutar contra este sistema que se baseia numa determinada estrutura. E para isso temos que promover este enraizamento nas coletividades reais. Para que as pessoas se interessem por política é necessário que elas sintam que podem decidir (...). É por isso que estamos a favor de uma modificação (do sistema político) que visa assentar a democracia sobre as coletividades reais como forma de representação formalizada; tal modificação estrutural representa um progresso qualitativo para a democracia política porque dá às pessoas a possibilidade efetiva de ter poder, decisão sobre sua vida. Claro que isso se acompanha de um conjunto de medidas sem as quais não se efetivaria. Por exemplo, diminuir as horas semanais de trabalho etc. (...)

Você fala: o parlamento deve mudar. É preciso ver como. O sistema de deputado eleito para cinco anos numa vasta circunscrição territorial cria o conjunto de condições favoráveis à autonomia cada vez maior dos representantes em relação aos representados. É contra esse sistema que devemos lutar. E isto implica, de fato, um outro sistema institucional.

NP. – (...) Esta articulação entre formas de democracia representativa e forma de democracia direta implica, pelo menos durante certo período, a permanência das assembleias territoriais como centro de poder, senão corre-se o risco de degenerescência corporativista. A difusão da democracia, a multiplicação das instâncias

da decisão coloca o problema da centralização, da direção. E aí existem duas possibilidades: ou é o partido revolucionário – ou sob sua hegemonia, a coalizão dos partidos de esquerda – que faz o trabalho, mas estamos todos de acordo com o fato que esse partido não existe e o único que poderia hoje assumir esse papel é o PC e sabemos onde isso leva... (para não falar do fato de que assinar esse papel ao “partido” é abrir as portas ao partido único, e mesmo um partido “ideal” tornado único termina stalinista) ou então é o parlamento eleito no sufrágio universal e secreto. Só vejo esta alternativa. Na ausência deste partido, não é o conselho dos *soviets* que pode assumir esta função de centralização. Ele nunca o fez. E se funcionou em certa medida, na URSS ou na China, é porque “o” partido comunista centralizava, com as consequências ulteriores que conhecemos todos (...).

O que eu temo é que por trás deste “enraizamento nas coletividades de trabalho” que você fala, haja, na realidade, a restauração do poder dos *experts*: escapa-se à direção do partido único só para cair sob o charme discreto do despotismo tecnocrático. Não é por nada que todos os tecnocratas do Partido Socialista só falam em auto-gestão. No limite, para eles, quer dizer que os homens tagarelam e enquanto isso os *experts* se encarregam das tarefas econômicas do Estado.

E depois devemos considerar a situação concentra da França hoje. Estamos falando duma democracia ideal e devemos enfrentar o caso concreto do Programa Comum, da vitória provável da União de Esquerda.

Frente a isso, há o ponto de vista de que não há nada a esperar do Programa Comum; que a esquerda unida no poder só desemboca no social-democratismo e, até mesmo, que só se procura um novo autoritarismo contra o qual somente se podem opor os contra-poderes centralizados de base etc., e, logo, que podemos considerar que o único aspecto positivo para nós é que ela ganhe o mais rapidamente o poder para que as massas compreendam o que é o reformismo e o neguem. Mas, eu tenho uma análise diferente: ou haverá uma mobilização

formidável da base, ou não haverá. Se não houver, está tudo acabado: viveremos uma nova experiência social-democrata. Um pouco como sob o governo Allende: a experiência Allende foi uma transa eleitoral muito maior ainda que a do Programa Comum, com 30% a Unidade Popular ganhou.

Mas, se houver mobilização de massa, as coisas podem acontecer. Mas, então estaremos numa situação muito precisa. Todos nós, e a esquerda exercendo o poder. Não digo nós frente à esquerda. Pois haverá dois campos e estaremos, queiramos ou não, no da esquerda<sup>9</sup>.

Ou então será uma situação caracterizada por uma crise do Estado e não uma crise revolucionária; a esquerda no poder com uma programa muito mais radical do que na Itália, engajada na sua aplicação – o que não deixará de ser muito chato para certos de seus componentes, uma esquerda que está engajada num processo de democratização do Estado, confrontada a uma mobilização popular enorme, gerando formas de democracia direta na base... mas, uma esquerda que, ao mesmo tempo, se limita ao projeto do Programa Comum.

Então o nó da questão: como agir neste processo para aprofundá-lo? Neste contexto, o que me parece impossível é a perspectiva de centralização do contra-poder operário, conselho de fábrica após conselho de fábrica, comitês de soldados após comitês de soldados.

E também devo dizer que me parece extremamente perigoso, tal via é o caminho mais seguro para reconquista total do poder pela burguesia que, não devemos esquecê-lo, continua, neste tempo todo, protagonista ativa (e quanto!) do processo.

Então, como fazer de outro modo? Como obrigar a esquerda a colocar efetivamente em obra a democratização do Estado, a articular seu poder institucional e as novas formas de democracia direta? Eis o problema. E não será resolvido com considerações nebulosas sobre

---

<sup>9</sup> No vocabulário político da esquerda francesa, quando se diz “Esquerda” é porque se está referindo aos grandes partidos reformistas.

“coletividades reais no trabalho” dotadas metafisicamente, em sua essência, de todas as virtudes que se atribua antes ao “Partido”, que se resolverá o problema.

## **Que estratégia revolucionária para a França?**

HW. – A situação que me parece conduzir seguramente ao fracasso das mobilizações e a derrota é a que resultaria da aplicação da estratégia atual da “união de Esquerda”: uma situação onde, como você diz, a esquerda chega ao governo e onde existe um movimento de massas suficiente para obrigá-la a aplicar o Programa Comum. Porque, neste momento, ela atacaria os interesses da classe dominante o bastante para enfurecê-la, mas não o suficiente para abatê-la. E então estaremos na situação absolutamente clássica em que a classe dominante está exasperada – no plano nacional e no internacional – e conserva o essencial dos postos de comando econômico e políticos; em particular, o aparelho de Estado, porque pode produzir-se, na França, o deslocamento de uma parte do aparelho de Estado, mas sua maioria irá, pelo contrário, polarizar-se à direita. A burguesia terá então motivos para golpear e meios para fazê-lo. E, face a ela, as massas populares estarão relativamente desarmadas por décadas de discursos sobre a transição pacífica ao socialismo, a “natureza contraditória” do Estado democrático-burguês etc. O risco, então, é que nos encontraremos na situação clássica da derrota sem combate. Isso pela análise que nós fazemos.

Então, afirmamos, como você: se não houver movimento de massas – o que a médio prazo me parece inconcebível...

NP. – A mim, também me parece inconcebível que não haja um movimento de massas...

WH. – Bem, se houver, o problema que se colocará é o de organizá-lo à base de objetivos – não da destruição imediata do Estado burguês, o que não teria sentido – mas econômicos, políticos e internacionais, que nós chamamos objetivos de transição e que efetivamente se inscrevem numa lógica de emergência de uma situação de duplo poder...

NP. – Ah! é isso...

HW. – Mas, espera, vou explicar o que entendo por isso. Significa, ao nível econômico, a luta pela expropriação do grande capital e a instauração, em todos os níveis, do controle operário sobre a produção, concluindo num plano operário para tirar a economia da crise.

Este é o eixo que visa não somente defender as contradições de vida e de trabalho das massas populares, mas também a retirar da burguesia seu poder econômico, ao nível das empresas como do Estado, e organizar a classe operária para o controle, isto é, para o poder.

Ao nível político, trata-se de bater-se efetivamente pela extensão da democracia e não de opor-se às eleições. Trata-se de bater-se pelo escrutínio proporcional, pelas assembleias regionais, pelo sindicato de soldados etc., para ampliar, ao máximo, a democracia política, porque é também assim que se debilita, ao máximo, o Estado burguês. Ao nível internacional, resumindo, trata-se de contrabalançar a ofensiva do imperialismo americano e seus agentes, desenvolvendo novas relações com os países do terceiro mundo e, sobretudo, convocando as massas populares da Europa latina, etc... É a condição de êxito e, além disso, é possível porque uma certa conjuntura europeia está em vias de se construir (...).

A lógica do controle operário na empresa é o controle operário sobre a política econômica do Estado. Os trabalhadores que assumem o controle numa fábrica se chocam com o mercado, com o crédito, com a comercialização. É a lógica de sua prática, é a coordenação e a centralização ao nível do ramo industrial, da região, da nação. Portanto, a emergência de um contra-poder operário face ao poder de Estado burguês. E o enfrentamento me parece inevitável.

Que esse enfrentamento se apoie em diferenciações internas ao Estado burguês, estou absolutamente convencido. Penso mesmo que essa diferenciação será potente e organizado o movimento de massa enquanto polo exterior ao Estado e portador de um projeto alternativo. Mas, o enfrentamento entre esse movimento de massas, se organizando

e se centralizando fará do aparelho de Estado, se apoiando sobre seus representantes e seus aliados no interior desse aparelho, e o grosso do aparelho de Estado burguês que organiza e centraliza a resistência das classes dominantes, esse me parece inevitável (...).

Ou, então, deve-se dizer, como Amendola e seus amigos do PCI; a passagem ao socialismo não é um problema de atualidade. Amendola declara que a transição ao socialismo, na Itália, não é uma questão atual por razões de política internacional e, principalmente, por razões de política nacional; segundo ele, a maioria dos italianos não quer o socialismo (...). No fundo, a maioria das pessoas está comprometida com o sistema, é por isso que vota pela coalização de direita liderada pela Democracia Cristã. Eles protestam, mas, no final das contas, não se dispõem a ir além e fazer os sacrifícios que implicaria uma conquista revolucionária do poder. Em consequência, é preciso abandonar todo discurso acerca da transição, deixar de brincar com esse jogo de empurrar as pessoas além daquilo que elas estão dispostas e lutar para democratizar e melhorar a sociedade italiana. Esse é um discurso coerente.

(...)

Não estou de acordo, estou disposto a discuti-lo, mas reconheço que ele tem uma lógica interna. O que me molesta é...

NP. – ... o que o molesta é o que eu digo...

HW. – Pois é! (risos) É o que diz o CERES, o que diz a esquerda do PCI, porque é incoerente...

NP. – Eu não acho e vou lhe dar um exemplo concreto.

Acho que o desastre da revolução portuguesa se produziu precisamente porque houve enfrentamento entre o grupo dos nove e Otelo de Carvalho, ou seja, o porta-voz das comissões de trabalhadores, de moradores e de soldados. Se se supõe que teremos um aparelho de Estado no essencial mobilizado à direita e, em face, movimentos de base de tipo “carvalhistas”, então, eu digo, paremos aí, nessa hipótese estamos perdidos de começo. Retomemos a posição de Amendola, que é coerente, mas reformista. Sua posição é bastante coerente, mas totalmente irrealista.

Porque se você supõe o essencial do aparelho de Estado, tal qual ele é na França, e, de outro lado, formas de centralização do poder popular... Mas, é evidente que isso não dura um minuto e será aniquilado! Você não vai pensar também que, na situação atual, ele vai deixar que se centralizem poderes paralelos ao Estado para criar um contra-poder! As coisas se reverão antes mesmo do começo de uma sombra de suspeita de uma tal organização.

Eu faço uma análise inversa. Penso que, atualmente, pode haver frações muito mais importantes do aparelho de Estado que se desloquem, e lhe dei o exemplo de Portugal. Você vai dizer que é um caso diferente. De acordo. Mas o que me interessa nesse exemplo é que, no exército principalmente, houve fraturas muito mais importantes do que simplesmente um corpo de oficiais globalmente mobilizado a serviço do grande capital em face de comitês de soldados mobilizados ao lado do movimento operário.

O que é que se passou em Portugal? Se aconteceu um desastre foi porque houve uma divisão e enfrentamento entre as estruturas de poder popular – digamos os movimentos de tipo “carvalhista” – e o grupo dos nove. E o próprio Carvalho percebeu que a forma assumida pela centralização dos contra-poderes populares teve muito a ver com a desastrosa ruptura produzida entre esse movimento e o grupo de Melo Antunes.

## **Rupturas no aparelho de Estado**

HW. – Acho, verdadeiramente, que foi uma razão bem secundária dessa ruptura. A razão principal é que Melo Antunes e a “social democracia militar”, como se dizia, lá estavam comprometidas numa operação de estabilização do capitalismo português (...).

Bem, mas não é esse o problema. O que me interessaria é que você prossiga em sua demonstração. Nós não buscamos a dificuldade pela dificuldade, o enfrentamento pelo enfrentamento. Se estivéssemos

convencidos que pudesse haver uma cisão majoritária no aparelho de Estado francês a favor do movimento popular, seríamos favoráveis a jogar essa carta a fundo e mesmo a assumir alguns riscos com isso. Mas, esse aparelho de Estado a gente conhece. Por qual milagre ele se deslocaria para o campo da revolução? (...).

NP. – Vou lhe falar dos exemplos do exército, da política, da justiça... Porque minha hipótese é, afinal de contas, baseada na crise interna desses aparelhos. Tomemos a justiça: um terço dos magistrados está, afinal, no Sindicato da Magistratura<sup>10</sup>. Isso é muito importante. Segundo elemento: a esquerda no poder deverá, de qualquer modo, mesmo em seu próprio interesse, introduzir modificações importantes não somente no pessoal, mas também nas estruturas do Estado. Depois de 20 anos de “gaullismo”, há uma tal situação de clientela, de institucionalização de Estado-UDR ou republicano-independente<sup>11</sup> que, mesmo na lógica elementar da elite política, o governo de esquerda deverá mudar pessoas, mas também formas institucionais. Por exemplo, no caso da justiça, se eles não quiserem encontrar-se rapidamente numa situação como a de Allende, serão obrigados – repito que mesmo de um ponto de vista de preservação de elite – a romper o poder do Conselho da Magistratura, mudar as normas da rotação dos juízes etc.

E então, tudo isso, articulado com os movimentos de massas pela base, permite prever possibilidade de cisão.

Veja o almirante Sanguinetti. Ele era, afinal, há dois anos, o chefe da marinha nacional e uma corrente importante de oficiais pensa como ele. Leia suas declarações à *Politique-Hebdo*<sup>12</sup>: Ele preconiza delegados do pessoal, uma política de defesa independente dos Estados Unidos etc... Quer dizer que estamos diante de um exército disposto a respeitar

---

<sup>10</sup> Associação de juízes criada em 1968 e que reúne setores progressistas da Magistratura francesa.

<sup>11</sup> UDR, hoje já RPR: partido “gaullista”. Republicano-Independente, hoje simplesmente P. Republicano, é o partido de Giscard D’Estaing.

<sup>12</sup> Revista independente que se coloca no campo da extrema esquerda.

uma certa legalidade, um exército que não armará complôs contra o regime desde o começo (...).

Vejamos também o problema da polícia: quando você assiste a tudo que se passa desde alguns anos, se você supõe, como é legítimo, que um governo de esquerda terá obrigatoriamente que tomar medidas importantes no sentido de democratização da polícia...

Então, dada a crise do Estado, de que temos indicadores; dada a obrigação em que se encontra a esquerda (...) de realizar mudanças; dado que ela pode fazê-lo pelos poderes que lhe confere a Constituição e o poder que lhe dão os movimentos de massa pela base, eu penso que é a única solução plausível.

Ainda mais que não se pode fazer abstração das forças em presença; na verdade, a sua hipótese se baseia não somente numa avaliação das chances objetivas de uma crise revolucionária na França. *Ela se baseia também, implicitamente, na possibilidade de um desenvolvimento extremamente rápido e poderoso de um partido revolucionário de tipo leninista, à esquerda do PCF. Toda sua hipótese se baseia nisso.* Mandel o diz claramente em sua entrevista sobre a estratégia revolucionária na Europa.

Ora, eu, nisso, não creio em absoluto: em primeiro lugar, pelo que eu disse antes sobre a nova realidade do Estado, da economia, do contexto internacional etc. E, em seguida, pelo peso das forças políticas da esquerda tradicional, particularmente num país como a França.

Sua hipótese implica, por exemplo, que a LCR passe de 7 mil militantes em alguns meses a, pelo menos, 10 ou 20 vezes mais. Isso não se viu em parte alguma, nem no Chile, nem...

HW. – Em Portugal, e ainda mais na Espanha, se viu algo próximo.

NP. – Você está brincando! Essas forças, comparadas ao PC, sobretudo na Espanha, são miniaturas. Mas, vamos ao fundo; se se analisa o PC como simples partido social-democrata, tanto do ponto de vista organizacional como político, então, efetivamente, pode-se pensar numa rápida e massiva recomposição do movimento operário, como você diz. Mas, não se trata de partidos social-democratas.

Quando existe um partido comunista de massa, não há possibilidade de um crescimento rápido e estruturado da extrema esquerda revolucionária independente. Se viu isso com o MIR, no Chile.

Assim, com sua hipótese, pode-se ser talvez coerente e realista, mas realista para 50 ou 60 anos. Sobre isso, não se pode fechar os olhos acerca do impasse da extrema esquerda nestes últimos anos na Europa.

HW. – Você tem razão de sublinhar que nossa perspectiva se funda numa hipótese de recomposição profunda do movimento operário. Mas me parece que você não escapa de uma visão um pouco estática desse movimento. Ele já mudou bastante no espaço de 5 ou 10 anos do ponto de vista de sua reestruturação. Os PCs não são partidos social-democratas, de acordo, mas eles entraram em uma fase de turbulência e crises, diferenciações internas, das quais só percebemos hoje as primeiras manifestações (...).

Veja o resultado da extrema esquerda nas eleições municipais de março, 1977: uma surpresa, mas uma surpresa que deveria obrigar a refletir. Qual o significado dos 8% e 10% que a extrema esquerda obteve nos setores mais proletários de algumas cidades operárias? Foi um voto de desconfiança em relação à política dos grandes partidos de esquerda. Na relação de forças entre revolucionários e reformistas no interior do movimento operário, não entram somente partidos e organizações; mas também entra em linha de conta a atitude de dezenas de milhares de militantes operários, politicamente inorganizados ou organizados no PC e no OS e que, em consequência de uma série de experiências, desde 1968, desenvolveram uma sólida desconfiança em relação às direções vigentes. Em caso de vitória da “União da Esquerda” e agravamento da crise do sistema, esses militantes e muitos outros podem recusar a via da “pausa” e buscar uma saída socialista.

Se a extrema esquerda consegue realizar a junção com esses militantes, e lhes propor uma alternativa anticapitalista séria, então a relação de forças com os reformistas pode se modificar sensivelmente.

(...)

A transição ao socialismo não pode se produzir na França se um grande número de militantes do PC e do OS não se polarizam à esquerda e não optam, no momento crucial de escolha entre o “recuo” e o “salto avante”, pelo salto avante.

Mas, para que eles o façam, é preciso exatamente que exista à esquerda do PCF uma alternativa anticapitalista credível.

(...)

Na verdade, nós tocamos aí, provavelmente, no nosso desacordo de fundo. Ele não se refere tanto talvez à necessidade de desagregar o Estado burguês – inclusive do seu interior, pela ruptura interna de seus aparelhos – mas aos meios de efetuar-lo. Alguns pensam que para isso é preciso que o movimento de massas não faça nada que possa ressoldar o corpo social do Estado, empurrá-lo para a direita... Para eles, é a moderação, a “responsabilidade” que será mais capaz de evitar as contradições internas do Estado.

Para nós, inversamente, é o desenvolvimento, a organização autônoma, a atividade de um vasto movimento anticapitalista – fora dos aparelhos de Estado e também em seu seio – que criam as condições de ruptura...

NP. – Um importante movimento crítico e autônomo da extrema esquerda permanece, para mim, essencial para influir no curso da experiência da “União de Esquerda”. Mas, não pelas mesmas razões que você dá: não porque a extrema esquerda possa constituir um polo real de alternativa político orgânica, como você diz. De um lado, porque ela é incapaz disso, de outro, porque não creio que haja uma real alternativa anticapitalista fora ou ao lado da via do Programa Comum (...). A questão é de ir além, aprofundar etc., na via do Programa Comum, impedir o empantanamento social-democrata que não está necessariamente inscrito nele, como algum pecado original.

